Atividade Legislativa



Projeto de Lei n° 5589, de 2020

Iniciativa: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Ementa:

Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para exigir que a qualificação trabalhista das empresas participantes de licitações inclua prova do preenchimento das quotas de contratação a que estiverem obrigadas por lei e da adoção de práticas inclusivas.

Explicação da Ementa:

Altera a Lei nº 8.666/1993 para exigir que a qualificação trabalhista das empresas participantes de licitações inclua prova do preenchimento das quotas de contratação de pessoas portadoras de deficiência a que estão obrigadas pelo art. 93 da Lei nº 8.213/1991; bem como prova da adoção de práticas inclusivas em favor de pessoas negras, idosas, com deficiência, mulheres, ou de outras minorias, como população LGBTQ+, povos indígenas ou tradicionais, minorias religiosas, asilados ou refugiados.

Assunto: Administração Pública - Licitação e Contratos

Data de Leitura: 18/12/2020

Em tramitação

Decisão: - Último local: 22/05/2023 - Comissão de Direitos

Humanos e Legislação Participativa

Destino: - Último estado: 10/04/2024 - MATÉRIA COM A

RELATORIA

Despacho:

19/05/2023

Decisão da Presidência

Análise - Tramitação sucessiva

(SF-CDH) Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (SF-CCJ) Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Relatoria:

CDH - (Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa)

Relator(es):

Senadora Augusta Brito (encerrado em 12/12/2023 - Retorno do titular)

Senadora Augusta Brito (encerrado em 10/04/2024 - Alteração na composição da comissão)

Senadora Janaína Farias (encerrado em 30/07/2024 - Retorno do titular)

TRAMITAÇÃO

10/04/2024 CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: Redistribuído à Senadora Janaína Farias, para emitir relatório.

10/04/2024 CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Devolvido pela relatora, Senadora Augusta Brito, em virtude de não mais pertencer aos quadros desta Comissão. A matéria será

redistribuída

Atividade Legislativa



Projeto de Lei n° 5589, de 2020

TRAMITAÇÃO

29/02/2024 CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Ação: Distribuído à Senadora Augusta Brito, para emitir relatório.

22/06/2023 CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: Distribuído à Senadora Augusta Brito, para emitir relatório.

30/05/2023 CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

Matéria aguardando distribuição

22/05/2023 CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Ação: Recebido na CDH.

Prazo para emenda: primeiro dia: 23/05/2023 último dia: 29/05/2023

19/05/2023 CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Ação: Prazo: Apresentação de Emendas a projeto terminativo em Comissão (Art. 122, II, "c", do RISF). De 23/05/2023 a 29/05/2023.

Perante a CDH.

19/05/2023 PLEN - Plenário do Senado Federal

Situação: AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS

Ação: A matéria vai á CDH e CCI, em decisão terminativa, nos termos do art. 91, inciso I, do Regimento Interno, podendo receber

emendas perante a primeira comissão do despacho pelo prazo de cinco dias úteis, nos termos do art. 122, II, c, do Regimento

Interno

Publicado no DSF Páginas 7-12 - DSF nº 78

21/12/2022 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: A proposição continua a tramitar, nos termos do art. 332 do Regimento Interno.

18/12/2020 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: Encaminhado à publicação, em 18/12/2020.

Publicado no DSF Páginas 8-12 - DSF nº 188

Atividade Legislativa



Projeto de Lei n° 5589, de 2020

DOCUMENTOS

PL 5589/2020

Data: 18/12/2020

Autor: Senador Paulo Paim (PT/RS) Local: Plenário do Senado Federal

Descrição/Ementa: Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para exigir que a qualificação trabalhista das empresas participantes de licitações

inclua prova do preenchimento das quotas de contratação a que estiverem obrigadas por lei e da adoção de práticas inclusivas.

Avulso inicial da matéria

Data: 18/12/2020 Autor: Senado Federal

Plenário do Senado Federal

Ação Legislativa: Encaminhado à publicação, em 18/12/2020.

Descrição/Ementa: -